

Eleição de prefeitos deverá ter segundo turno indireto

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização consagrou ontem o princípio da eleição em dois turnos, mas deixou passar mais uma oportunidade de eliminar a figura do Colégio Eleitoral no segundo turno da eleição. No sábado, a Comissão manteve indireto o segundo turno da eleição de Governador e ontem fez o mesmo com a de Prefeito.

O segundo turno indireto vem sendo mantido sob o pretexto de manifestar confiança no Relator Bernardo Cabral, que se comprometeu a retirar a figura do substitutivo. Ontem, a Comissão rejeitou, 58 votos a 32, emenda do Líder do PTB, Gastone Righi, que pretendia retirar do artigo 34 — que regulamenta as eleições municipais — a alusão de que a eleição para Prefeito obedeceria ao disposto no artigo 87, que introduz o princípio dos dois turnos, com o segundo indireto.

Foi uma votação marcada por diversas questões-de-ordem de constituintes inconformados com a restauração do Colégio Eleitoral. Os Deputados Ademir Andrade (PMDB-PA) e Thomaz Nonô (PFL-AL) perguntaram a Cabral como ele poderia garantir que a eleição indireta no segundo turno seria retirada do texto. Nonô ressaltou que não se tratava de desconfiar, mas de saber previamente se o plenário da Comissão ou o da Constituinte se pronunciará de fato contra o mecanismo. Caso contrário, afirmou, a promessa de Cabral poderá se tornar inócua, diante da vontade expressa apelo voto da maioria da Constituinte.

Segundo Gastone Righi, o processo de eleição em dois turnos é reacioná-

rio, anti-popular e transformará as eleições em um verdadeiro foco de "corrupção deslavada".

— É a destruição do pluripartidarismo. As composições que resultam desse processo irão contribuir para a instalação de governos partilhados, caracterizados pelo nepotismo, fisiologismo, clientelismo e apadrinhamento político — afirmou.

Contra a proposta de Righi falou o Vice-Líder do PMDB Antônio Brito. Segundo ele, desde o início a intenção dos constituintes, ao votar esse dispositivo, é consagrar o princípio de que, havendo ampla liberdade de organização partidária, torna-se necessário resguardar a legitimidade do Executivo.

O Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) afirmou que a Comissão não poderia derrubar o princípio de que o Executivo, em qualquer nível da administração pública, necessita ter a solidariedade da maioria absoluta dos seus eleitores para governar com respaldo popular.

— Se este princípio já houvesse sido adotado no Brasil, é bem provável que a História do País não fosse tão permeada por golpes contra as instituições democráticas, resultantes de governos fracos e sem legitimidade.

Em seguida, a Comissão rejeitou emenda do Deputado Jutahy Júnior (PMDB-BA), que pretendia excluir do sistema de dois turnos os municípios com menos de cem mil habitantes. Mas seu argumento de que, nas pequenas localidades, os dois turnos acarretariam muita confusão ao processo eleitoral não convenceu os constituintes, que preferiram generalizar o princípio.

Comissão permite participação das comunidades nos planos municipais

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização garantiu ontem a participação da comunidade no planejamento municipal, aprovando por 48 votos a 41 emenda do Deputado Otávio Elísio (PMDB-MG). As organizações ou entidades que servirão de instrumento dessa participação serão definidas por lei ordinária. A proposta não fazia parte do substitutivo do Relator Bernardo Cabral e ratificou a tendência democratizante da Comissão.

Mas, para o Deputado Wilson Souza (PMDB-RS), esta votação, ao contrário do que pode parecer, não retrata uma tendência ideológica da Comissão: parte da constatação dos constituintes de que é preciso modernizar o País.

O Relator Bernardo Cabral, em parecer oral, acatou a emenda. O único constituinte a falar contra na tribuna foi o Deputado José Costa (PMDB-AL), para quem admitir a participação de organizações comunitárias na elaboração do planejamento municipal significa abrir as portas para o tumulto e o desgoverno nas Prefeituras.

A emenda previa, inicialmente, a participação destes organismos também em nível decisório. Mas, em consulta prévia às principais Lideranças partidárias, Elísio concluiu que dificilmente a proposta seria aprovada. O Deputado modificou a emenda na hora, prevendo a participação apenas na elaboração.

A Comissão aprovou ainda os artigos 32 e 33 do substitutivo, relativos ao Capítulo IV — Dos Municípios. Pelo que foi decidido, o município será regido por lei orgânica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara; os vereadores serão invioláveis por suas opiniões, palavras e votos; e o número de vereadores nas cidades com mais de cinco milhões de habitantes passará de 33 para 55. Lei complementar vai regulamentar a proporcionalidade prevista no texto constitucional para a fixação do número de integrantes de cada Câmara Municipal. Até agora, os municípios só poderiam ter, no máximo, 33 vereadores — sempre com base na densidade populacional — e o mínimo de nove, que foi mantido.

Para Aureliano, se PFL sair do Governo dificultará a transição

BRASÍLIA — O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, insistiu ontem que a saída do PFL do Governo "dificulta as coisas" no curso da transição democrática. Após três horas de reunião com 11 dos 15 Senadores do partido, Aureliano disse que já fixou sua própria posição quanto ao relacionamento do PFL com o Governo, mas acrescentou que seria deselegante revelá-la antes da manifestação do Diretório Nacional, quinta-feira. Reiterou, porém, sua preocupação com o apoio ao Governo:

— E mais fácil fazermos a transição com o Governo fortalecido do que com ele enfraquecido.

Ao contrário de alguns segmentos do PFL, vinculados ao seu Presidente, Senador Marco Maciel, o Ministro pretende evitar a convocação da Convenção, caso o Diretório manifeste apoio ao Governo. A presença das bases estaduais na Convenção colocaria sob risco de revisão a decisão do Diretório.

Segundo Aureliano, a tendência do partido é sair unido do processo de consultas que está realizando para definir se deve ou não continuar solidário com o Presidente Sarney.

— A união transita por prestigiar o Presidente do Partido, Senador Marco Maciel — frisou Aureliano que, como Presidente de Honra do PFL, assumiu recentemente o papel de interlocutor junto ao Governo. De acordo com alguns dos Senadores que se reuniram ontem com o Ministro, qualquer que seja a decisão final, todos a acompanharão.

— Mesmo aqueles cuja posição se



Aureliano: Governo deve ser forte

revelar minoritária deverão acatar a maioria — destacou o Líder do PFL, Carlos Chiarelli (RS), referindo-se aos 80 Constituintes pefelistas que endossaram, de imediato, o documento-compromisso do Presidente Sarney e não consideram a deliberação da Convenção Nacional necessária para que o partido mantenha seu apoio ao Governo.

Participaram também da reunião, no gabinete do Ministro, os Senadores João Lobo (PI), Edson Lobão

(MA), Alexandre Costa (MA), Guilherme Palmeira (AL), Jorge Bornhausen (SC), José Agripino (RN), Marcondes Gadelha (PB), Divaldo Suruagy (AL), Hugo Napoleão (PI) e João Menezes (PA).

Amanhã, os rumos do partido serão discutidos pelos Presidentes dos Diretórios Regionais e Líderes do PFL nas Assembléias Legislativas, numa reunião convocada pelo Presidente da Executiva Nacional, Senador Marco Maciel.

Pefelistas de Pernambuco são por rompimento

RECIFE — A consulta às bases do PFL sobre a atitude do partido em relação ao Governo Sarney — que o Ministro Aureliano Chaves, espera ver concluída até quinta-feira — encontrará o Diretório Regional de Pernambuco praticamente decidido a romper. Esta tendência se manteve mesmo após o Senador Marco Maciel ter lançado a idéia de um novo pacto interpartidário.

Entre os líderes, alguns, como o Presidente regional do partido, Joel de Holanda, admitem que a idéia pode ser válida, "desde que o partido não perca sua identidade". Outro que, apesar de defender o rompimento, considera correto o partido avaliar um acordo em prol da transição é o ex-Governador Gustavo Krause.

Mais radicais na defesa do rompimento estão o Deputado Joaquim Francisco e o Líder na Assembléia, Mavíael Cavalcanti. O rompimento também é defendido pelo ex-Governador Roberto Magalhães. Ele acha que o PFL deveria ter abandonado o poder logo após as eleições de 1986, quando foi derrotado pelo PMDB.

Vices e Coordenadores do PMDB definirão novo Líder

BRASÍLIA — Os Vice-Líderes e os Coordenadores de bancadas federais do PMDB definem amanhã quem responderá interinamente pela Liderança na Câmara dos Deputados, vaga em consequência do licenciamento de Luiz Henrique (SC) que assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia. A decisão final será, no entanto, do Presidente do partido, Ulysses Guimarães, existindo a hipótese de realizar-se nova eleição, ainda que para um mandato de apenas 40 dias, até o recesso.

São muitos os candidatos, começando por Ibsen Pinheiro (RS), que substitui atualmente o Líder, e por João Hermann (SP) que retirara, em fevereiro, sua candidatura para apoiar Luiz Henrique e ficar com a primeira Vice-Liderança. O Centro-Democrático, que oscila entre os nomes de Milton Reis (MG) — derrotado por Luiz Henrique na votação anterior — e de Roberto Cardoso Alves (SP), é favorável às eleições imediatamente.

Também o Movimento de Unidade Progressista parece preferir essa so-

lução. O nome mais cotado do MUP é o de Nélton Friedrich (PR). Do grupo liberal, surge Egidio Ferreira Lima (PE). Ele se declara candidato à Liderança no próximo ano, mas se o partido se decidir por eleições agora disputará, propondo que o mandato se estenda por 88.

Ibsen diz que só fica no cargo com um apoio sólido e não é contra as eleições, se for o desejo do PMDB. João Hermann, que se sente traído por Luiz Henrique, acha que as saídas são o cumprimento do acordo ou as eleições. Dividiu a bancada em grupos de ação e passa os dias tentando ampliar sua base. Mas sabe que a decisão pertencerá a Ulysses, com quem esteve reunido ontem.

Uma coisa parece certa: Ulysses não quer eleições agora e uma parcela expressiva do PMDB, que inclui a centro-esquerda e parte da esquerda, não crê na sua realização. Este grupo acha equivocada a posição do Centro Democrático de procurar a disputa, pois seu candidato perderia, implicando em mais um derrota para as forças governistas.

Bancada dá apoio a candidatura-já

BRASÍLIA — A maioria da bancada de Senadores do PFL manifestou ontem apoio à indicação imediata do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para candidato do partido à sucessão presidencial, informou o Líder pefelista no Senado, Carlos Chiarelli. Segundo ele, a hipótese, levada a Aureliano na última sexta-feira pelo Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, teve o apoio dos 11 Senadores reunidos ontem com o Ministro que, por sua vez, "não quis ouvir falar no assunto".

Em entrevista após a reunião, Aureliano Chaves evitou, até mesmo, confirmar a discussão do assunto.

— Candidatura agora, não — reagiu.

O lançamento do Ministro das Minas e Energia à sucessão vem sendo estimulado pelos segmentos que defendem o rompimento do PFL com o Governo. Alguns integrantes do grupo — que gostaria de ver Aureliano lançado oficialmente pela Convenção Nacional do próximo dia 8 — chegam a admitir, informalmente, que a passagem do partido para a oposição não é viável sem a apresentação de "um candidato forte, como o Ministro".

Para outra ala partidária, liderada pelo Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, entretanto, o lançamento agora, antes mesmo de definidos o mandato do Presidente e o sistema de governo, seria prematuro.

Quércia defende votação popular no segundo turno

SÃO PAULO — O Governador Orestes Quércia, ao dizer que não teme ficar isolado na defesa do Governo Sarney, manifestou-se ontem contra o Colégio Eleitoral nas eleições para Governadores. Quércia espera que o Congresso Constituinte reflita e mude, fugindo ao que considera um retrocesso e aprovando o "segundo turno por votação popular".

Ele afirmou não ter nenhuma preocupação em relação à mudança de discurso de outros governadores sobre o apoio a Sarney, incluindo-se o Governador Moreira Franco.

— Não existe isolamento do Presidente Sarney. Além disso, eu nunca me preocupei de ficar sozinho, de ter uma posição isolada. O principal é que, quando defendo o Governo Federal, estou defendendo os interesses do País — declarou o Governador paulista.

O Governador pronunciou-se veementemente contra a hipótese de redução, pela Constituinte, do mandato dos prefeitos. Assinalou opor-se à redução de qualquer mandato eletivo.